

RELATÓRIO INTERNACIONAL SOBRE LIBERDADE RELIGIOSA EM MOÇAMBIQUE EM 2020

Sumário Executivo

A Constituição garante o direito de praticar ou não, livremente, qualquer religião e proíbe a discriminação baseada na crença religiosa. Este e outros direitos podem ser temporariamente suspensos ou restringidos apenas em caso de declaração de guerra, estado de sítio ou emergência. A Constituição proíbe aos partidos políticos a utilização de nomes ou símbolos relacionados com qualquer grupo religioso. Os grupos religiosos têm o direito de organizar, praticar a religião e gerir escolas. De acordo com organizações locais, quando um grupo afiliado ao Estado Islâmico intensificou os ataques na província de Cabo Delgado, os residentes na província que pareciam ser muçulmanos continuaram a correr o risco de detenção pela polícia e pelas forças armadas. Organizações não governamentais (ONG), meios de comunicação social e organizações de direitos humanos criticaram fortemente a resposta do governo, que classificaram por vezes de pesada, como factor de agravamento das queixas existentes entre as populações maioritariamente muçulmanas, historicamente marginalizadas. Em Agosto, depois de o Bispo de Pemba, no norte de Moçambique, ter enfrentado ameaças nas redes sociais por criticar o fracasso do governo em proteger os civis em Cabo Delgado, o Presidente Filipe Nyusi reuniu-se com ele e expressou o seu apreço pelos seus esforços para ajudar os civis deslocados. O projecto de lei de liberdade religiosa que o governo propôs em 2019 continuava pendente no parlamento no final do ano. Se aprovado, seria necessário que os grupos religiosos tivessem no mínimo 500 seguidores para se registarem no Ministério da Justiça.

Os líderes religiosos a nível nacional e provincial continuaram a apelar à tolerância religiosa e condenaram o uso da religião para promover a violência.

Tal como nos anos anteriores, à medida que o conflito em Cabo Delgado se agravava, os líderes muçulmanos e cristãos continuaram a condenar a violência como meio de mudança política e os líderes muçulmanos salientaram que a violência de base religiosa que invocava o Islão era inconsistente com os princípios da fé.

O Embaixador discutiu a escalada de ataques em Cabo Delgado com o Presidente Nyusi, o Ministro da Justiça e outros funcionários de alto nível. Entre outras mensagens, chamou a atenção para a necessidade contínua de envolver parceiros da comunidade religiosa para lidar eficazmente com a violência em curso. O

governo dos EUA continuou a implementar actividades em Cabo Delgado para melhorar a resiliência da comunidade religiosa e a trabalhar com os líderes religiosos para combater as mensagens extremistas.

Secção I. Demografia Religiosa

O governo dos EUA estima que a população total seja de 30,1 milhões de pessoas (estimativa de meados de 2020). De acordo com os dados do recenseamento de 2019, 26.2% dos cidadãos são católicos, 18.3% muçulmanos, 15.1% cristãos sionistas, 14.7% evangélicos/pentecostais, 1.6% anglicanos e 4.7% judeus, hindus e baha'is. Os 19.4 por cento restantes não indicaram uma afiliação religiosa. De acordo com líderes religiosos cristãos e muçulmanos, uma proporção significativa da população adere a crenças religiosas indígenas sincréticas, caracterizadas por uma combinação de práticas tradicionais africanas e aspectos do cristianismo ou do islamismo, uma categoria não incluída nos dados do recenseamento governamental. Os líderes muçulmanos afirmam que a sua comunidade representa 25 a 30 por cento da população total, uma estatística frequentemente divulgada na imprensa. A população muçulmana está concentrada no norte do país.

Secção II. Respeito do Governo pela Liberdade Religiosa

Quadro Legal

A Constituição define o país como um estado secular. A Constituição proíbe a discriminação religiosa, garante o direito dos cidadãos à prática, ou não, da religião e estipula que nenhum indivíduo pode ser destituído dos seus direitos devido à fé ou a prática religiosa. Proíbe aos partidos políticos a utilização de nomes ou símbolos relacionados com qualquer grupo religioso. A Constituição protege os locais de culto e os direitos dos grupos religiosos a organizarem-se, praticarem o culto e prosseguirem os seus objectivos religiosos livremente, bem como a adquirir bens na prossecução desses objectivos. Reconhece ainda o direito à objecção de consciência relativamente ao serviço militar por motivos religiosos. Estes e outros direitos podem ser temporariamente suspensos ou restringidos apenas em caso de declaração de guerra, estado de sítio ou emergência, de acordo com os termos da constituição.

A lei exige que todas as ONG se registem no Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos. De acordo com a lei, “organizações religiosas” são organizações de caridade ou humanitárias, enquanto “grupos religiosos” se refere a denominações religiosas específicas. Os grupos religiosos registam-se como

denominação religiosa, ou como congregação, se não tiverem afiliação. Os grupos e organizações religiosas registam-se através da apresentação do pedido, de documentos de identidade dos seus líderes locais e da entrega de documentação sobre ligações declaradas com qualquer grupo ou organização religiosa internacional. Não há qualquer penalização para grupos que não se registam; contudo, grupos e organizações religiosas devem apresentar provas de registo aquando da abertura de contas bancárias, pedido de isenção de direitos alfandegários para produtos importados ou pedido de visto para membros estrangeiros visitantes.

Um acordo entre o governo nacional e a Santa Sé rege os direitos e responsabilidades da Igreja Católica no país. O acordo reconhece a Igreja Católica como "personalidade jurídica" e reconhece o direito exclusivo da Igreja a "regular a vida eclesiástica e nomear pessoas para cargos eclesiásticos." O acordo exige que os representantes da Igreja Católica se registem no governo para beneficiarem do estatuto da Igreja. O acordo também dá à Igreja Católica o direito exclusivo de criar, modificar ou eliminar as fronteiras eclesiásticas; no entanto, estipula que os territórios eclesiásticos devem reportar a uma autoridade da Igreja no país.

A lei permite aos grupos religiosos a propriedade e gestão de escolas. O governo proíbe a instrução religiosa nas escolas públicas.

O país subscreveu o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos.

Práticas do Governo

Durante o ano, os ataques do Estado Islâmico-Moçambique (IS-M) em Cabo Delgado aumentaram de intensidade e complexidade à medida que se espalhavam pelos distritos do norte da província. Nesse contexto, numa tentativa de controlar a situação e conter a maré de violência, a polícia prendeu arbitrariamente muitos indivíduos porque pareciam ser muçulmanos, pelo seu vestuário ou barba, de acordo com organizações islâmicas nacionais e outros relatos dos media.

Algumas ONG, meios de comunicação e organizações de direitos humanos criticaram fortemente a resposta do governo, incluindo prisões em massa, por exacerbar as queixas existentes das populações de maioria muçulmana historicamente marginalizadas. Como os ataques ocorreram numa área de maioria muçulmana, muitas vítimas civis eram muçulmanas, de acordo com observadores e administradores de campos para deslocados internos.

O IS-M prometeu publicamente lealdade ao ISIS em Junho de 2019. Um comunicado à imprensa do ISIS, em Junho, divulgou que o IS-M se tinha afiliado ao seu Estado Islâmico-Província da África Central e assumiu a responsabilidade por mais de 30 ataques desde então. De acordo com analistas, jovens que voltavam do estudo de ensinamentos islâmicos no estrangeiro, seguindo uma forma mais “austera” do Islão do que a praticada historicamente no país, contribuíram para a radicalização da juventude.

As reportagens sobre os ataques continuaram a ser limitadas e foram muitas vezes caracterizadas como não fiáveis devido à forte presença de uma força de segurança, a apagões de electricidade e de rede celular e àquilo a que os jornalistas chamaram de apagão dos media imposto pelo governo na região.

A 31 de Agosto, o Presidente Nyusi encontrou-se com o Bispo de Pemba, Luís Fernando Lisboa, que enfrentou ameaças nas redes sociais por parte de apoiantes do governo depois de criticar a resposta do governo em Cabo Delgado. Após o encontro, o presidente Nyusi referiu-se a Lisboa como “o nosso bispo” e destacou a importância do diálogo e da colaboração com a Igreja Católica para ajudar a enfrentar a crise humanitária causada pelo conflito. Os líderes muçulmanos também expressaram preocupação em relação à crescente crise humanitária em Cabo Delgado.

Em Abril, o governo suspendeu todos os serviços religiosos, entre outras reuniões públicas e privadas, em sequência de uma ordem de estado de emergência (SOE na sigla em inglês) emitida para evitar a propagação do COVID-19, mas relaxou essas restrições em Agosto para permitir reuniões de um máximo de 50 pessoas. Os media locais informaram que vários líderes religiosos foram presos e multados por violar o SOE e, num caso, por acolherem um grande encontro de estudantes numa escola religiosa na província central de Sofala. Observadores indicaram que o cumprimento religioso do SOE não se dirigia a uma religião em particular, mas foi aplicado a todos os grupos religiosos. Uma ONG de índole religiosa relatou que, antes do reinício dos serviços religiosos, o Ministro da Saúde recebeu líderes religiosos para discutirem as etapas futuras e partilharem informações sobre o reinício seguro dos serviços, de acordo com os requisitos legais, incluindo a proibição de menores de 18 anos e maiores de 65 anos de neles participarem. O governo estabeleceu uma comissão que incluía líderes religiosos muçulmanos e cristãos para monitorizar e inspeccionar locais que se haviam candidatado a reiniciar os serviços.

Os líderes religiosos continuaram a expressar preocupação com o facto de um projecto de lei sobre práticas religiosas, proposto em 2019 e que ainda estava pendente no parlamento no final do ano, poder impedir que grupos religiosos com menos de 500 seguidores se registassem no Ministério da Justiça. Líderes de pequenas comunidades religiosas expressaram preocupação com o facto de as exigências de registo os virem a impedir de registar as suas organizações. De acordo com um líder religioso, o projecto de lei também exigiria que as identidades dos seguidores fossem verificadas por um notário, o que criaria uma barreira administrativa à prática religiosa.

Secção III. Respeito da Liberdade Religiosa por parte da Sociedade

Embora os combatentes do IS-M tenham dito que visavam cristãos e aldeias cristãs, jornalistas e funcionários humanitários locais afirmaram que, na prática, eles faziam pouca distinção entre as suas vítimas. Os relatos dos media indicaram que o IS-M tinha como alvo comunidades quer muçulmanas, quer cristãs. Ocuparam comunidades inteiras e queimaram edifícios religiosos e governamentais, incluindo em Maio, quando quatro padres católicos fugiram para a Tanzânia após a sua missão ter sido incendiada. Em 6 de Setembro, os media locais noticiaram que os combatentes do IS-M libertaram duas freiras brasileiras que tinham sequestrado; a sua libertação foi facilitada por representantes da Igreja Católica em cooperação com o governo.

Líderes muçulmanos proeminentes continuaram a condenar os ataques na zona norte do país, afirmando que a versão estrita do Islão pregada pelos supostos responsáveis não estava de acordo com a cultura e prática islâmica tradicional do país.

Durante o ano a sociedade civil e organizações religiosas realizaram acções de sensibilização para promover a tolerância religiosa. Um grupo inter-religioso de líderes liderou um esforço para fornecer alimentos a famílias carentes durante a pandemia COVID-19, distribuindo mais de 50 toneladas de carne em vários locais do país, em igrejas, mesquitas e centros comunitários. Em 26 de Setembro uma cerimónia de oração inter-religiosa de líderes muçulmanos e cristãos exortou à paz inter-religiosa como um componente-chave do desenvolvimento económico e político.

Uma coligação de grupos religiosos das províncias do norte de Cabo Delgado, Nampula e Niassa, liderada pelo Bispo Luiz Fernando Lisboa e pelo líder islâmico Nassuralah Dula, formou uma rede inter-religiosa em Novembro para apoiar as

populações civis deslocadas afectadas pela violência e para discutir a resolução do conflito.

Em 10 de Dezembro, a Comunidade de Sant’Egidio acolheu um grupo de líderes inter-religiosos e da sociedade civil num simpósio focado na harmonia e na coesão social.

Secção IV. Política e Envolvimento do Governo dos EUA

O Embaixador falou com o Presidente Nyusi, o Ministro da Defesa Jaime Neto, a Ministra da Justiça Helena Kida, o Ministro do Interior Amade Miquidade e outros altos funcionários sobre a escalada da violência na região norte. Entre outras mensagens, fez notar a necessidade contínua de envolver parceiros da comunidade religiosa para lidar de forma eficaz com a violência.

Por meio de uma série de iniciativas de sensibilização, o embaixador e os oficiais da embaixada discutiram a importância da tolerância religiosa para promover a paz e a segurança com líderes e representantes de grupos religiosos.

A embaixada também continuou a apoiar um projecto de base religiosa em Cabo Delgado liderado pelo Conselho Islâmico de Moçambique destinado a fortalecer os laços comunitários, promover a resiliência e desenvolver estratégias locais para combater o extremismo violento. A embaixada também trabalhou com líderes religiosos locais para combater narrativas extremistas.

A embaixada envolveu-se em sensibilização digital nas redes sociais durante o Ramadão e o Eid al-Adha, congratulando-se com o envolvimento contínuo para atingir objectivos comuns, elogiando a resiliência demonstrada em encontrar formas criativas de comemorar durante a pandemia e encorajando a observância contínua das medidas de prevenção do COVID-19 durante as celebrações em dias feriados.